



Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: 2011 SIC - XIX Seminário de Iniciação Científica

A EDUCAÇÃO FÍSICA NAS DÉCADAS DE 30 A 50 NO BRASIL: UMA NOVA LEITURA¹

Keli Alexandra de Oliveira Goettems Kaefer², Leomar Tesche³.

¹ Projeto de pesquisa realizado no curso de Bacharel e Licenciatura em Educação Física da Unijuí.

² Bolsista FARPERGS, aluna do Curso de Educação Física, do Campus Santa Rosa. UNIJUI.

³ Professor Dr. Leomar Tesche do Departamento da DHE e professor do Curso de Educação Física, do Campus Santa Rosa.

Resumo

A proposta de estudo foi de analisar o entendimento de Educação Física publicado em obras, em Revistas, em jornais especializados e em documentos como fontes primárias e secundárias nas décadas de 30 a 50 no Brasil, períodos em que aconteceram mudanças importantes tanto no entendimento da prática da Educação Física como nas leis e reformas de ensino, fazendo uma nova leitura.

Palavras-chave: Educação Física, Escola, Entidades.

Introdução

A proposta de estudo foi de analisar o entendimento de Educação Física publicado em obras, em Revistas, em jornais especializados e em documentos como fontes primárias e secundárias nas décadas de 30 a 50 no Brasil, fazendo uma nova leitura.

Os objetivos foram de identificar as obras publicas que tratam do assunto no período proposto, identificar revistas, documentos que discutam a Educação Física na década de 30 a 50 e analisar as questões legais existentes como Leis Federais e Estaduais.

Metodologia

Na pesquisa analisou-se novas obras que tratam o tema Educação Física na década de 30 a 50 no Brasil, período esse considerado importante e de grandes mudanças no período da Era Vargas e da Segunda Guerra Mundial. A investigação a que propomos foi através de pesquisa qualitativa, histórica e documental.

Resultados e Discussão

Não a uma discussão sobre a educação física ideal e sim uma preocupação maior na legislação do que uma discussão sobre a educação física em instituições. Observamos que há pouca produção sobre a educação física do período estudado.

O que há de produção refere-se somente a capital, não levando em conta a produção e a grande “prática da educação física no Rio Grande do Sul, estado este que comprovadamente





Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: 2011 SIC - XIX Seminário de Iniciação Científica

contribui muito a introdução da educação física como na sua difusão (leia-se Turnen já discutido por vários autores e comprovadamente modalidade introduzida pelos imigrantes alemães.

O pensamento dos militares era de que a atividade física era necessária para se ter um povo sadio, consciente, forte e disposto e pronto para defender a Pátria e isto seria possível com uma prática sistematizada da Educação Física principalmente nas escolas.

A defesa da soberania se deu com a criação das leis trabalhistas, regulamentando a legislação eleitoral e criando o Ministério da Saúde e Instrução Pública, colocando a Educação Física como disciplina obrigatória no currículo escolar, garantindo inclusive a prática da atividade física não apenas nas escolas.

Como acadêmica, está oportunidade proporcionou um grande crescimento de meus conhecimentos, dentro do campo da pesquisa. Este que é vasto e de grandiosa importância dentro de nossas Universidades, tornando-os profissionais mais conscientes do nosso papel dentro da sociedade.

Conclusões

A década de 30 no Brasil, foi marcada por acontecimento marcantes na política e na economia. A Era Vargas, teve a tarefa de ampliar a democracia dando início a estruturação do novo Estado, nomeando interventores para os governos estaduais, implantando a justiça revolucionária e criando em novembro do mesmo ano o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, promulgando as primeiras leis de trabalho e quase simultaneamente o Ministério dos Negócios, da Educação e Saúde Pública, tendo a frente como Ministro o jurista Francisco Luiz da Silva Campos, que exerceu o cargo entre 06 de dezembro de 1930 e 15 de setembro de 1932.

Este governo promoveu uma reforma educacional, estabelecendo a obrigatoriedade da Educação Física nos estabelecimentos do ensino secundário, efetuou reformas no ensino secundário, comercial e superior, atingindo com profundidade pela primeira vez na história do país, a estrutura do ensino, esta que foi imposta para todo território.

A propagação do Método Francês pelo território brasileiro teve como grande alavancador o Presidente da República, Washington Luís. A opção pelo método francês se deu em função da constatação da importância que esse conteúdo adquiriu a nível da Educação Física escolar brasileira, não apenas por ter sido hegemônico por um período de tempo nesta instituição, mas, principalmente porque pela maneira com que se desenvolveu, acabou deixando marcas profundas no fazer pedagógico desta disciplina curricular.

Foram propostas seis formas de trabalho: jogos, flexionamentos, exercícios educativos, aplicações, esportes individuais e coletivos.

A aula de educação física era definida como:

[...] a reunião, em uma sessão de exercícios variados e combinados para interessar sucessiva e simultaneamente todos os órgãos e as grandes funções com o fim de melhorá-las e aperfeiçoá-las. (Mauro Betti, 2009)



Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: 2011 SIC - XIX Seminário de Iniciação Científica

A revolução Constitucionalista de 1932, ocorrida em São Paulo, faz com que Vargas convoque uma constituinte e organize os Tribunais Eleitorais. Ainda neste ano é aprovado oficialmente o Regulamento de Educação Física do Exército, em 1933 cria-se a escola de Educação Física do Exército que substituiu o Centro Militar de Educação Física que pelo decreto nº 21.324 de 27 de abril legaliza o Método Francês. Que tornou-se referência pela formação de professores para atuarem em estabelecimentos de ensino e nas Escolas de Educação Física civis.

A partir de 1936, o Departamento Educação Física e o Departamento Nacional da Educação expediram inúmeras circulares propondo normas legais referentes à prática da educação física no ensino secundário. Este mesmo tratamento não foi dispensado no ensino primário, industrial e comercial.

Com a administração de Gustavo Capanema durante o Estado Novo, algumas modificações seriam feitas, mas não mudaria as preocupações e cuidados referentes a educação secundária, iniciaria incentivos para a educação profissionalizante como sendo um ramo separado, reforçando a oposição entre trabalho manual e intelectual. Durante sua gestão, foram realizadas a reforma do ensino industrial, comercial e secundário. Foram elaboradas as Leis Orgânicas do Ensino Primário, Ensino Normal e do Agrícola, estas que só iriam ser promulgadas no Governo de José Linhares. Neste governo a educação física torna-se obrigatória até vinte e um anos de idade. A mesma exigência foi feita com relação ao o ensino secundário, o ensino industrial, comercial e agrícola.

Com a Lei nº 378 de em 13 de janeiro de 1937, o governo Vargas reorganizou o MES e criou a DNE, a divisão da educação física com o objetivo de administrar atividades relacionadas à educação física.

No mesmo ano a educação física aparece com destaque pela primeira vez no país, pois, uma constituição fazia referência a educação física, através do artigo 131 da República, este que determinou a obrigatoriedade da educação física no ensino cívico e trabalhos manuais, impedindo o reconhecimento de qualquer escola normal ou secundária que não cumprisse essa exigência.

Durante o Estado Novo os desportos coletivos que faziam parte da proposta do Método Francês ganharam papel de destaque no cenário nacional, começa então toda uma campanha valorizando a prática desportiva.

No ano de 1939, o Governo estabelece as bases da organização desportiva brasileira instituindo o Conselho Nacional de Desportos, com o intuito de orientar, fiscalizar e incentivar a prática desportiva em todo o país. Segundo Ramos (1974) "...tornar os desportos cada vez mais, um eficiente processo de educação física e espiritual da juventude e uma alta expressão de cultura e energia nacionais...".

A década de 40 foi um período de grandes investimentos por parte do Governo, cria-se a CSN – Companhia Siderúrgica Nacional, a CVRD – Companhia Vale do Rio Doce e a CNA – Companhia Nacional de Alcalis, onde ficou clara a intenção do Governo de ter uma juventude patriótica e nacionalista.



Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: 2011 SIC - XIX Seminário de Iniciação Científica

Em 1941 cria-se o Conselho Nacional de Desportos através do decreto lei nº 3.199 de 14/04/1941, que foi a primeira legislação do país, em seu artigo 53 que reconhece a existência de uma prática esportiva profissional. Ainda no mesmo ano acontece o reconhecimento do Curso Superior de Educação Física nos estados do Rio Grande do Sul, Piauí e Santa Catarina.

No ano de 1942, através do Decreto- Lei 4.642, regulamentou a instrução pré militar a ser ministrada aos alunos de 12 e 16 anos do primeiro ciclo do ensino secundário, onde como conteúdos obrigatórios eram a noções gerais da vida militar, instrução elementar da ordem unida e iniciação técnica do tiro. Nenhum aluno obteria o certificado de conclusão do curso que tivesse realizado sem antes obter o certificado de instrução pré-militar. (Brasil, Presidência da República, 1943b.)

Entre 1944 e 1946 ainda com esperanças de estabelecer um Método Nacional de Educação Física que atendesse as necessidades do povo brasileiro e do governo sem um método rígido, o Capitão Antonio Pereira Lira então diretor da Escola Nacional de Educação Física e Desportos mescla vários métodos no sentido de adotar um mais apropriado. No mesmo período o Ministério da Educação e Saúde divulgou as Diretrizes para a Educação Física nos estabelecimentos de ensino secundário, com caráter experimental, mas este Método Nacional nunca teve sua elaboração concluída.

Pelo decreto lei n.º 8270 de 1945 há uma mudança no currículo da Educação Física, como por exemplo, a inserção do estudo do comportamento humano e o curso passou a ter duração de três anos no que diz respeito à formação dos profissionais.

A Constituição de 1946 tem muitos pontos próximos à Constituição de 1934, e no que tange à Educação, sofreu grande influência da ABE através do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nacional.

Ainda em 1946 a instrução militar é extinta pelo então Presidente Eurico Gaspar Dutra, então Ministro da Educação Clemente Mariani constitui uma comissão de educadores para elaborarem um projeto de reforma e reorganização da educação nacional presidida pelo Professor Lourenço Filho, figura destacada da Associação Brasileira de Educação. Este anteprojeto foi elaborado e encaminhado à Câmara Federal em 1948 resultou na Lei 4.024, votada apenas em dezembro de 1961, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Desde 1945, o Brasil está sob o comando de Eurico Gaspar Dutra, eleito pelo voto direto, seu Governo vai até 1950. Getúlio Vargas apóia o Governo Dutra que havia sido seu ex-ministro da Guerra, nas eleições para a Assembléia Nacional Constituinte de 1946. Nestas eleições Vargas foi eleito senador pelo Rio Grande do Sul e São Paulo e exerceu este cargo até 1949. Em 1950 se candidata novamente à Presidência da República pelo PTB e foi eleito com 3.849.000 votos derrotando os candidatos Eduardo Gomes (UDN) e Cristiano Machado (PSD).

De volta ao Governo, Getúlio desdobra o então Ministério da Educação e Saúde em Ministério da Educação e Cultura e Ministério da Saúde, isto pela Lei n.º 1920 de 25 de julho de 1953, cria também a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundários e o Comitê Brasileiro da Organização Mundial de Educação Pré-Escolar.



Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: 2011 SIC - XIX Seminário de Iniciação Científica

Retomando a orientação nacionalista implantou o monopólio estatal sobre o petróleo criando efetivamente a Petrobrás, Getúlio Vargas se suicida na madrugada do dia 24 de Agosto de 1954, deixando uma carta testamento onde mencionava os motivos que o levaram àquela ação. Como as próximas eleições estavam marcadas para 1955, o Brasil foi governado por três chefes políticos: João Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos que comandaram o país até a posse do novo Presidente eleito Juscelino Kubistcheck, que se manteve no poder até 1961.

Durante o Governo de Juscelino Kubistcheck é criada a Revista Escola Secundária que organiza a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário. Cria a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo e realiza o II Congresso Nacional de Educação de Adultos.

Os estudantes de Educação Física possuíam na época uma consciência política bem desenvolvida e realizam uma greve reivindicando melhorias no Curso promovido pela Escola Nacional, organizados pelo Diretório Acadêmico fundado em 1940, por iniciativa do Major Rolim.

No fim da década de 50, os estudantes de Educação Física principalmente do Rio de Janeiro criam a União Nacional dos Estudantes de Educação Física – UNEEF, entidade que organizou o Primeiro Congresso de Estudantes de Educação Física realizado na Escola Nacional em 1957, contando com a participação de estudantes do Rio Grande do Sul, Paraná, São Carlos e Minas Gerais.

Na década de 50, a Escola Nacional de Educação Física realizava diversos cursos de extensão universitária como, por exemplo: "Problemas atuais da Educação Física", realizado em 1954 e o "Curso de especialização sobre Recreação", realizado em 1958.

A Educação Física cumpriu no decorrer dos anos papel fundamental não só para a criação de uma nova sociedade, com um sentimento mais patriótico e nacionalista, como interferiu diretamente na política educacional do país, através da União Nacional de Estudantes de Educação Física. Mas com todas as mudanças que ocorrem na vida política do país a Educação Física sofre alguns retrocessos como a determinação da prática dos exercícios físicos obrigatórios nas escolas somente duas vezes por semana, com cinquenta minutos de duração e a substituição das aulas práticas por palestras e projeções de filmes que tratassem da Educação Física.

As aulas de Educação Física eram associadas a movimentos ginásticos, principalmente pelos interesses militares, tendo reforçado esse tipo de aula o período da 2ª Guerra mundial, e estendendo-se até a década de 1960. Conforme Soares (et al., 1992) após a 2ª Guerra Mundial surge na Educação Física outras tendências disputando a supremacia no interior das escolas. Darido (2005) destaca que na década de 60, quando os generais assumiram o Poder executivo do país (1964), o governo planejou usar as escolas públicas e particulares como fonte de propaganda do regime militar.

Nesse período, o conteúdo da Educação Física passa a ser predominantemente o esporte, fato este destacado por Soares (et al. 1992) “que essa influência do esporte no sistema escolar é de tal magnitude que temos, então, não o esporte da escola, mas sim o



Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: 2011 SIC - XIX Seminário de Iniciação Científica

esporte na escola” (p.54), sendo que essa fase da Educação Física é denominada de esportivista.

A Educação Física escolar tem atualmente baseado suas perspectivas e propostas nas abordagens que surgiram visando uma mudança de concepção da área. Conforme Darido (2003) na busca de romper com os moldes tradicionais, surgem várias abordagens, algumas com enfoque mais Psicológico (Psicomotricista, Desenvolvimentista, Construtivista e Jogos Cooperativos), outras com enfoque mais sociológico e político (Crítico- superadora, Crítico-emancipatória, Cultural, Sistêmica, e baseada nos PCNs), e também biológico, como a da Saúde Renovada.

Com o surgimento dessas novas abordagens, o campo científico da Educação Física escolar começa a tomar novos rumos. O que por hora nos torna pertinente é refletir se as intenções de reformulação dessa área não estão ficando restritas às argumentações teóricas.

Torna-se relevante desse ponto de vista, refletir que embora tenhamos uma base teórica reformulada, a Educação Física na escola ainda pode sofrer algumas influências dos modelos tradicionais.

Agradecimentos

Agradeço a Deus por ter me dado vida, força e coragem para concluir mais uma etapa de minha vida. Agradeço a todos os professores em especial ao meu professor orientador Prof.Dr. Leomar Tesche, que sempre esteve disposto a me auxiliar, elogiando e criticando quando necessário e incentivando para que sempre aumente meus conhecimentos nesta caminhada que agora se conclui, como sendo um dos passos de minha jornada profissional.

Referências

- ALVES, Wanderson Ferreira. Educação Física e as idéias pedagógicas no Brasil: uma breve análise das concepções que embalaram o século XX e suas repercussões na formação do professor. Revista Digital, Buenos Aires. N° 61, Junho, 2003.
- ARANTES, Ana Cristina. História da Educação Física Escolar. Revista Digital, Buenos Aires . N° 124, Setembro, 2008.
- BETTI, Mauro. Educação física e sociedade _ A educação física na escola brasileira. Edições Hucitec, 2° edição ampliada. São Paulo, 2009.
- CANTARINO FILHO, Mario Ribeiro. A Educação Física no Brasil. In: Geschichte der Leibesübungen. Horst Ueberhorst (Hg), Berlin, Verlag Bartels & Wernitz GmbH, 1989, p.901.
- CORRÊA, Denise A. Ensinar e aprender educação física na “Era Vargas”: lembranças de velhos professores. In: VI EDUCERE - CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - PUCPR - PRAXIS, 2006, Curitiba.
- DA COSTA, Lamartine. Atlas do Esporte do Brasil. Rio de Janeiro. CONFED. 2006.
- JUNIOR, Paulo Ghiraldelli. Educação Física Progressiva: A Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos e a Educação Física Brasileira. Edições Loyola. São Paulo, 1997.
- LEANDERSON, Marcilene Rosa. Educação Física no Brasil: Uma história política. UNIFMU. São Paulo, 2002.





Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: 2011 SIC - XIX Seminário de Iniciação Científica

MATTA, Dinalba Ferreira. A Educação Física no Brasil: com uma visão transformadora na educação básica, transpirando menos e pensando mais. Lato&Sensu, Belém, volume 2. Julho, 2001.

MOURA, Marcilene. Educação Física No Brasil: Uma História Política. Acessado em URL> WWW.webartigos.com.br , 2010.